

ENTREVISTA // ALI KAMEL

Jornalista critica o mau uso das estatísticas e combate a política de cotas. Autor localiza na obra sociológica de Fernando Henrique Cardoso a raiz da teoria que sustenta a divisão racial no Brasil

JOÃO PAULO
DO ESTADO DE MINAS

A atitude de quem entra em polémica, geralmente, é tentar desqualificar o outro lado para acabar com a conversa logo de cara. Não somos racistas — Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor, do jornalista Ali Kamel, tem outro método: trata-se de um estudo corajoso e refinado contra a política de cotas raciais, que parte da aceitação dos argumentos dos opositores para refinar a interpretação até requalificar o debate. Em primeiro lugar, mesmo com o título forte de seu livro, o jornalista não nega o

racismo brasileiro. Só não aceita que ele seja constitutivo da nossa identidade. Para ele, há um momento na história do pensamento sociológico brasileiro em que a nação foi dividida entre brancos opressores e pretos oprimidos. A raiz dessa interpretação está localizada na escola paulista, inspirada em Florestan Fernandes, que tem em Fernando Henrique Cardoso o codificador mais destacado.

E parece que, ao contrário do que o presidente-sociólogo andou pedindo, ele mesmo não fez questão de esquecer o que escreveu. Para Ali Kamel, está aí o sentido das políticas compensatórias e assistencialistas que nasceram nos governos FHC e foram aprofundadas, segundo ele, com

o mesmo equívoco de origem, na gestão de Lula. "Não podemos tentar resgatar toda a pobreza por meio de políticas assistencialistas ou de transferência de renda. Somos um país pobre. Querer dar Bolsa Família para 54 milhões de pessoas é um tiro no pé", critica.

Jornalista com formação em ciências sociais, Ali Kamel é diretor de jornalismo da Rede Globo e entrou no debate com série de artigos sobre a questão das cotas raciais nas universidades. O olhar do repórter veio, assim, marcado pela sensibilidade do pesquisador, que viu nas estatísticas brasileiras uma manipulação niveladora, ao impedir que se desse visibilidade às gradações de cores da popu-

lação. Dessa forma, o Brasil vinha dividido entre negros e não-negros, com todo o aparato ideológico que opõe uns aos outros. E o pior, denegando que a questão da pobreza no país não tem cor e faz conviver no mesmo balaio de miséria negros, pardos e brancos. "Se você comparar os indicadores sociais dos brancos pobres, verá que eles são iguais aos dos negros. Meu livro, didaticamente, pretende desmontar esses mitos em torno das estatísticas", explica.

Para o autor, a crítica à democracia racial, expressão equivocadamente atribuída a Gilberto Freyre, pode fazer regredir o estágio civilizacional brasileiro. De uma nação que sempre acei-

tou a miscigenação (sem negar eventos reais de racismo), o Brasil corre o risco de buscar uma posição de tolerância com as diferenças, típica de outros contextos. E o pior, para o jornalista, está no que vem junto com o pacote das cotas: o risco do ódio social. O que o livro quer, com franco ouvido e voz para o diálogo, é mostrar a cara do Brasil: um país que não é dividido por cores, mas cindido pela injustiça social. Atento ao discurso científico atual, Ali Kamel sabe que o conceito de raça não tem sentido científico e apelar para ele é, sem meios tons, utilizar argumentos racistas. E é isso que ele não aceita. "Não somos racistas", repete.

O Brasil que não é dividido por cores

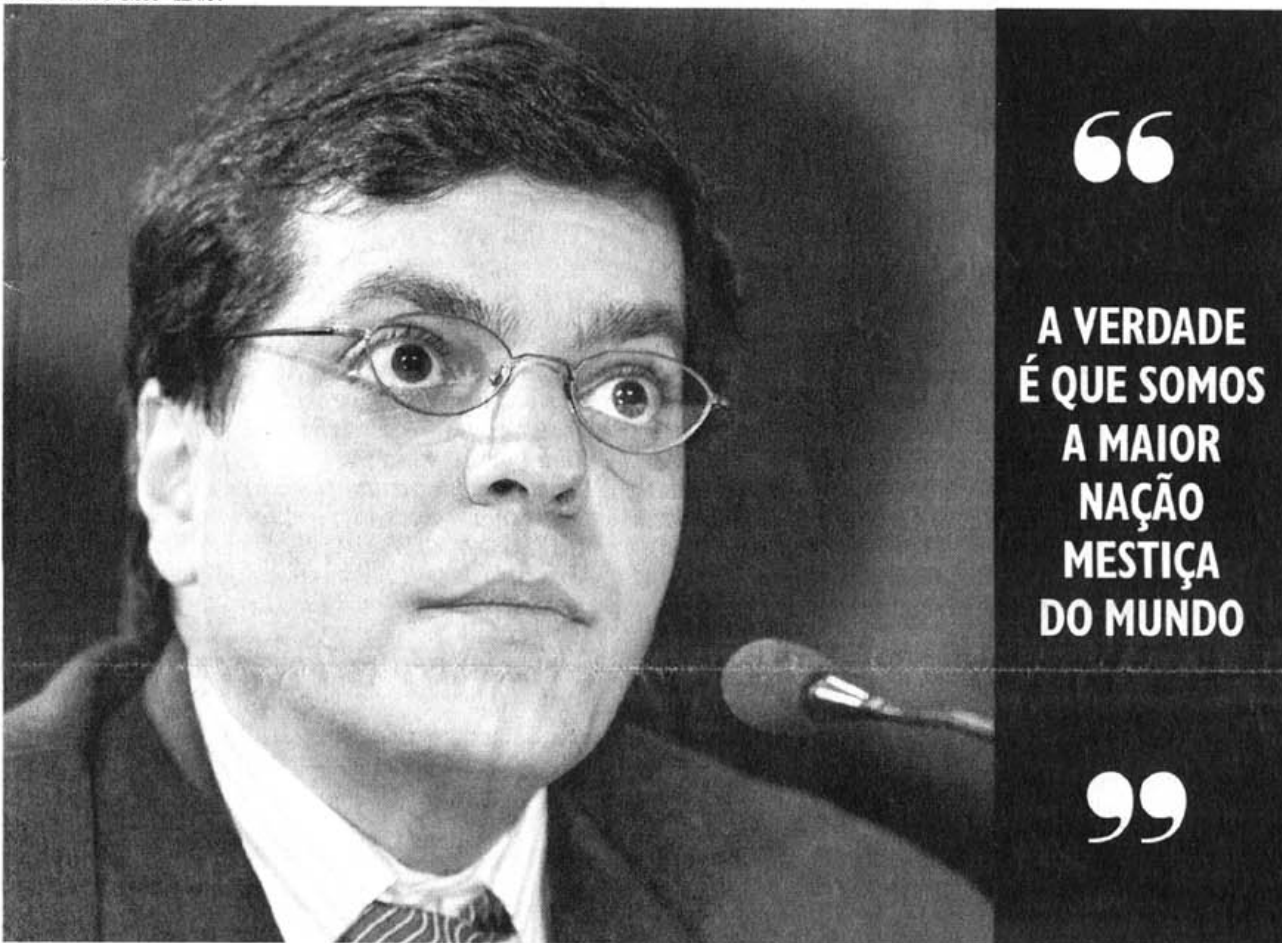
Sua crítica às teorias de Fernando Henrique e às da escola de Florestan Fernandes se dirigem à criação de um estado de divisão social. Essa divisão não estaria na base da sociedade brasileira, da qual o racismo é uma das formas de expressão?

Não, discordo disso radicalmente. Daí que surge a crítica que faço no livro à escola paulista. Quem perambula pela periferia ou pelas favelas nota que negros, pardos e brancos convivem e confraternizam sem problemas, com total harmonia. O grande número de pessoas que se declara pardo no Brasil, 42% da população, mostra que algo no nosso caráter nacional é avesso ao racismo, pois, em algum ponto na história de um pardo houve um casamento entre negros e brancos. Isso é sem igual no mundo. Nos Estados Unidos, mesmo depois da Lei dos Direitos Civis, negros e brancos vivem cada um no seu canto, e isso não acontece aqui. No Reino Unido, há um grande esforço para aceitação dos britânicos de várias origens, os hindus, os muçulmanos, os asiáticos, os brancos, todos britânicos, mas cada um no seu canto. Aqui, é impossível dizer quem é branco, quem é negro, quem é pardo. Isso é um ativo da sociedade brasileira que não podemos perder. O Brasil é uma mistura, e sempre se orgulhou disso. Quer dizer, se orgulhou disso até que esse esforço para dividir o Brasil em brancos e negros tomasse corpo, nós que sempre fomos brancos, negros, pardos, mamelucos, cafuzos, marrom-bombom. O que pretendo mostrar no meu livro é que a categoria "negro", tal como construída pela escola sociológica paulista é isso: uma construção. Porque negros, para eles, são a soma dos negros e dos pardos, sendo que os pardos podem ser os mais próximos dos brancos e os mais próximos dos negros. Os pardos então ajudam a engrossar as estatísticas dos negros, já que são 42% da população contra 6% dos negros. Mas na hora de se beneficiar de cotas ou políticas de preferência racial, podem ficar de fora, porque algumas universidades exigem fotos para comprovar, na linguagem delas, se o candidato tem nariz achatado, cabelo pixaim, lábios grossos e pele escura. Isso é um horror.

A polémica das cotas é vista a partir da idéia de ingresso nos sistemas oficiais (de ensino, trabalho etc.). Como você analisa a repercussão dessas políticas do ponto de vista dos resultados? Há o risco de descrédito da qualificação dos que foram inseridos em função das cotas?

Nos Estados Unidos, houve. Thomas Sowell, um economista de Stanford, sempre diz que 87% dos negros norte-americanos, em 1940, eram pobres. Em 1960, antes dos direitos civis, os negros pobres tinham caído para 47%. Em 1970, depois já dos direitos civis, mas antes da política de cotas, conseguiram por conta própria, num esforço extraordinário, diminuir mais 17 pontos percentuais a pobreza. De 1970 para cá, depois que as cotas se disseminaram, o número de pobres caiu apenas um ponto percentual, mantendo-se ao redor de 29%. Sowell diz: foram os negros que, por conta própria, diminuíram extraordinariamente a pobreza entre si, mas, hoje, na sociedade americana, há uma crença generalizada de que eles conseguiram isso graças a alguma forma de generosidade dos brancos. Isso é péssi-

Ricardo Leoni/O Globo - 22/4/04



“

A VERDADE É QUE SOMOS A MAIOR NAÇÃO MESTIÇA DO MUNDO

”

mo para a auto-estima dos negros norte-americanos. E injusto. Aqui no Brasil, para meu horror, nas universidades que adotaram cotas, esse tipo de pensamento já começa a surgir.

O duplo vínculo dos pardos que você aponta (para engrossar estatísticas, de um lado, e excluídos dos benefícios, de outro) é o maior risco de desenvolvimento de ódio racial no Brasil?

É um dos riscos, sem dúvida. O meu livro cumpre esse papel. É preciso que todos saibam que, quando se fala hoje em dia em negros no Brasil, está-se falando de negros e pardos juntos, sendo que os pardos podem ser os mais próximos dos brancos. Só assim somos a maior nação negra depois da Nigéria. Para mim, isso é uma bobagem. A verdade é que somos a maior nação mestiça do mundo, isso sim é importante, porque mostra que aqui no Brasil há mistura. Mas o maior perigo de surgir ódio racial é negar um direito a uma pessoa apenas pela cor da pele. Pensar nisso: um branco pobre vive em péssimas condições numa favela, sem acesso a serviços básicos de educação, saúde, sem emprego. Mora ao lado de um negro que sofre as mesmas agruras. Se as cotas passarem, o negro pobre terá um benefício que será negado ao branco pobre, mesmo ambos vivendo igual. Isso é explosivo. Isso não pode dar certo. Isso gerará rancor. Há 19 milhões de brancos pobres, uma população maior do que a de muitos países do mundo! O mesmo se dará com o pardo claro, com a agravante de que ajudou a engrossar as estatísticas de negros, mas ficou fora do benefício.

Como suas idéias, e agora o livro, têm sido recebidas pelos movimentos de defesa das cotas? Há uma evolução no nível de sinceridade e consequência política das discussões sobre o tema?

A discussão tem tido um tom pas-

sional, o que é uma pena. Ainda recebo e-mails com palavras fortes, mas basta respondê-los para que o tom mude. Sou um anti-racista visceral, e isso fica claro no meu livro e nos meus artigos. O que faço no livro são duas coisas. Desmistifico a noção de negro e mostro que as estatísticas evidenciam que há de fato uma desigualdade entre negros (incluídos os pardos) e os brancos, mas de forma alguma as estatísticas mostram que a razão da desigualdade é o racismo. Metodologicamente isso é impossível. As estatísticas não mostram isso de jeito algum. A desigualdade é fruto da pobreza. Como negros e pardos são a maioria entre os pobres, seus indicadores sociais são piores. A desigualdade é fruto disso e, consequentemente, do desequilíbrio educacional entre os dois grupos. Por exemplo: dizem sempre que brancos e negros de igual escolaridade recebem salários desiguais. Mas isso não se deve ao racismo, mas às diferenças de qualidade do ensino recebido. O branco, que em média tem mais recursos, estuda, digamos, 11 anos, com a seguinte trajetória: escolas particulares de bom nível e universidade pública de bom nível; o negro estuda em escolas públicas de péssimo nível e faz faculdade em caça-níqueis privados. Ambos estudaram o mesmo número de anos, mas quem teve o melhor ensino? Os brancos, mas não por racismo, e sim por renda. Se você comparar os indicadores sociais dos brancos pobres verá que eles são iguais aos dos negros. Meu livro, didaticamente, pretende desmontar esses mitos em torno das estatísticas.

Florestan Fernandes escreveu que negar o racismo e defender a idéia de democracia racial seria uma forma de não comprometer os brancos com a superação das raízes racistas da nossa formação social. O que pensa desse argumento?

Florestan estava errado. Nosso ativo como nação é prezar a miscigenação. E aqui no Brasil ninguém nega o racismo.

Eu não nego o racismo. Onde quer que haja homens reunidos há os piores sentimentos, inclusive o racismo. Há racistas no Brasil, em profusão. Mas o racismo não é um traço dominante de nosso caráter nacional. Não pode ser, e o alto grau de miscigenação é o sinal mais claro disso. Temos de enaltecer essa nossa característica e não se envergonhar dela. Fora isso, atribuem a Gilberto Freyre o conceito de democracia racial, sem que nunca ele tenha feito menção a ele (uma ou duas vezes, em palestras, mencionou essas duas palavras, mas nunca em seus textos clássicos). Freyre jamais escondeu as atrocidades que se cometeram contra os negros escravos. *Casa grande e senzala* expõe tudo, com cruzeza. Seu livro foi uma reação ao pensamento racista da sociologia da época, que via o mal do Brasil no seu alto grau de miscigenação. Era preciso embranquecer o país. Freyre rebate isso, dizendo que a miscigenação é o nosso mérito. E ele resgata o valor do negro para a construção de nossa alma nacional. Ele põe o negro no seu devido lugar, um lugar de proeminência e importância. Que parte do movimento negro de hoje em dia destrata Freyre é algo que não entendo.

O conceito de raça, hoje, pelos fundamentos da biologia e da ciência social, é um conceito racista. Por que ele ainda é tão operativo na sociedade?

Essa é uma boa pergunta. No momento em que a ciência prova, sem possibilidade de refutação, que raça não existe, no Brasil esse conceito ganha relevância. Para mim, isso é uma tragédia. Nós, homens, somos todos iguais. Temos 25 mil genes, e a cor da pele, a textura do cabelo e a feição de lábios e do nariz são apenas uma fração de 0,005 do total de genes, um nada. No Brasil, 87% dos brancos têm mais de 10% de ancestralidade genômica africana, segundo estudos do grande geneticista brasileiro, o professor mineiro Sérgio Pena. Nos Estados Unidos, esse número

cai para 11%. Essa é a prova de que somos misturados. De que gostamos de mistura. Entre brancos brasileiros, há muitos que têm uma ancestralidade genômica preponderantemente africana; e há negros brasileiros que têm uma ancestralidade genômica preponderantemente européia. Porque, em populações que se misturam, a cor da pele é apenas isso: uma cor.

A herança das teorias da pobreza explicadas por causas raciais, do governo FHC ao atual, acaba sendo a política assistencialista. Como fazer a passagem da pura distribuição de renda para a criação de oportunidades para todos?

Esse é um ponto importante. Em todos os países do mundo o assistencialismo é importante. Porque sempre haverá um grupo que não consegue superar a pobreza. Você pode pôr uma ótima escola ao lado dele, um ótimo hospital, empregos e mesmo assim, por "n" motivos, ele não sai do lugar. Isso acontece na Suécia, que é um dos países mais desenvolvidos do mundo. E acontece aqui também. O que digo é que não podemos tentar resgatar toda a pobreza por meio de políticas assistencialistas ou de transferência de renda. Somos um país pobre. Querer dar Bolsa Família para 54 milhões de pessoas é um tiro no pé. Paradoxalmente, isso pereniza a pobreza. Porque, como temos pouco dinheiro, cada tostão que vai para o Bolsa Família deixa de ir para a educação, e educação é o único instrumento que emancipa a pobreza. Isso é um erro. Claro que o Bolsa Família é necessário, mas não para esses milhões todos. O dinheiro seria mais bem usado se parte fosse para a educação, a maior parte. Hoje, o governo federal gasta R\$ 9 bilhões com o Bolsa Família, enquanto o orçamento de investimento do Ministério da Educação, no ano passado, foi de R\$ 7,5 bi. Isso é uma distorção grande.

Há um interesse muito destacado hoje de defesa da identidade negra, que teria sido espoliada em sua constituição. Esse movimento, além de cultural e antropológico, aponta para a necessidade de direção de uma política externa que valorize a relação com países africanos. O que temos a ganhar com isso?

Nós somos brasileiros. Se eu quisesse usar um termo da moda, diria que sou um árabe-descendente. Mas não sou nada disso. Eu sou brasileiro. Tenho muito mais identidade com um negro brasileiro do que com um árabe do Líbano! Um negro brasileiro tem mais identidade com um branco brasileiro do que com um negro norte-americano ou africano. Isso é evidente. É isso que nos faz ser uma nação. Temos valores comuns, independentemente de nossa cor de pele. Raças não existem. Somos todos iguais. Devemos combater a pobreza, sem cindila racialmente. É esta a mensagem que procurei dar ao meu livro.

NÃO SOMOS RACISTAS

De Ali Kamel. Editora Nova Fronteira, 144 páginas. R\$ 22.